COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO PROJETO DE LEI Nº 1.213, DE 2011

Altera os §§1º, 3º e 4º do art. 217-A e o inciso II do art. 226 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e acrescenta a alínea "p" ao inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera os §§1º, 3º e 4º do art. 217-A e o inciso II do art. 226 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 –Código Penal, e acrescenta a alínea "p" ao inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989.

Art. 2º Os arts. 217-A e 226 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 217-A			
Pena – reclusão, de 10 (dez) a 15	(quinze) anos		
0.40	4.	~	

§1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência física, mental ou intelectual, ou qualquer outra causa, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou está impossibilitado de manifestar sua vontade ou de oferecer resistência para essas ações. (NR)

§3°
Pena – reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos. (NR)
§4º
Pena – reclusão, de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos. (NR)
Art. 226
II – de metade:

a) se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge ou companheiro da vítima;

- b) quando o crime for cometido no contexto de qualquer relação íntima de afeto na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima, independentemente de coabitação;
- c) se o agente é tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade, dever de cuidado, proteção ou vigilância em relação a ela. (NR)"

Art. 3º O inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea "p":

"Art. 1°		
III		
n) estupro de vulnerável (art	217-A do Código Penal)	(NID)

p) estupro de vulnerável (art. 217-A do Código Penal). (NR)"

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 23 de abril de 2015

Deputado ANTONIO BRITO Presidente